

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.197 - SC (2019/0003134-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : A D F
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por A. D. F. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos da Apelação n. 0007314-98.2017.8.24.0020.

De acordo com os autos, a agravante foi condenada ao pagamento de multa, no valor de três salários mínimos, em razão da prática do crime previsto no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (descumprimento de determinação do Conselho Tutelar). A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça, que desproveu o apelo defensivo.

Nas razões do recurso especial, a defesa pretende, em suma, afastar a condenação ao pagamento de multa, argumentando hipossuficiência econômica da recorrente.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 138-140), foram os autos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se no sentido do desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 157-161).

É o breve relatório.

Conforme o art. 9º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

Na espécie, a questão de fundo não se refere a prática de crime contra criança ou adolescente, nem de ato infracional equiparado a crime, cometido por menor de dezoito anos.

O que se tem é o cometimento de infração de natureza administrativa praticada pela mãe em prejuízo da criança. A matéria, portanto, não é de natureza penal, mas administrativa, cabendo o seu julgamento à Primeira Seção.

Ilustrativamente:

RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 247, § 1º, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA EGRÉGIA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ.

1. Tendo em conta que o recurso especial visa à condenação de órgão de imprensa a pagamento da multa prevista no art. 247, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, em decorrência da eventual prática de infração administrativa, deve a questão ser dirimida por uma das Turmas que compõem a Egrégia Primeira Seção desta Corte, consoante o disposto no art. 9º, § 1º, inciso XI, do RISTJ. Precedente: REsp 64.143/RJ, Segunda Turma, Relator Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS; Relator p/ Acórdão Min. ARI PARGENDLER; DJ de 19/04/1999.

2. Declinada a competência para julgamento do recurso especial a uma das Turmas que compõem a Egrégia Primeira Seção desta Corte. (REsp 246.471/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2003, DJ 04/08/2003, p. 352)

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria responsável para que sejam redistribuídos a um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi

Relator

